

# Governo ameaça ir à Justiça contra reajuste

*Derrubada de vetos presidenciais à Lei da Isonomia pode motivar briga nos tribunais*

**B**RASÍLIA — O ministro-chefe da Secretaria da Administração Federal (SAF), Romildo Canhim, anunciou ontem que o governo poderá entrar com uma ação de constitucionalidade contra a derrubada pelo Congresso de três vetos presidenciais à Lei da Isonomia. A derrubada dos vetos garante aos marajás de empresas estatais, do Legislativo e do Judiciário a manutenção de seus altos salários e acaba, na prática, com o limite fixado para os vencimentos destes funcionários, de 90% da remuneração de um ministro de Estado (equivalente a 3.138,51 URVs).

Revoltado, Canhim disse que a decisão do Congresso pode prejudicar o esforço do governo de alcançar a isonomia salarial entre os três Poderes. "Por mim, estaria todo mundo preso", brincou o ministro. Canhim responsabilizou ainda o diretor-geral da Câmara, Adelmar Sabino, pela inclusão na Lei da Isonomia do dispositivo que equipara os salários de ministros de Estado e parla-

**DIRETOR DA  
CÂMARA FOI  
AUTOR DA  
EMENDA**

José Varella/AE—10/12/93



*Canhim: "Por mim, estaria todo mundo preso"*

mentares aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

O voto presidencial contrário a essa equiparação, que pode representar um reajuste de cerca de 83% nos salários de março dos parlamentares, foi derrubado na Câmara e será agora apreciado no Senado. "Essa equiparação cria um teto salarial monstruoso", afirmou Canhim. Pe-

los cálculos da SAF, o valor do teto de 90% da remuneração de um ministro de Estado poderá simplesmente dobrar, caso o Senado mantenha a decisão da Câmara e equipare os salários aos do STF.

O ministro disse que a derrubada dos vetos, ao acabar na prática com o limite de 90% dos salários de ministros de Estado para a remuneração dos

servidores, "vai permitir que aquele grupo de altos funcionários que vem ganhando mais, continue ganhando mais". A decisão do Congresso manterá também as distorções salariais entre os três Poderes, em prejuízo de 900 mil funcionários do Executivo, que têm menores salários que os servidores do Legislativo e Judiciário. Segundo Canhim, a derrubada dos vetos infringe o inciso XII do artigo 37 da Constituição, que estabelece que não deve haver salários no Legislativo e Judiciário maiores do que no Executivo.